

PORTUGAL

**Discurso de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa,
Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva,
na 63^a Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas**

“Responsabilidade Partilhada, Destino Comum”

Nova Iorque, 24 de Setembro de 2008

Senhor Presidente

Desejo-lhe as maiores felicidades no mandato que agora inicia. Estamos certos de que dará a melhor continuidade ao excelente trabalho desenvolvido pelo seu antecessor.

Garantir a paz e a segurança internacional, bem como o desenvolvimento sustentável dos nossos povos é a nossa responsabilidade partilhada. A forma como o fizermos determinará o nosso destino comum. A relevância destes propósitos e a centralidade das Nações Unidas na sua prossecução nunca foram tão evidentes. Mas as Nações Unidas serão aquilo que, enquanto Estados-membros soberanos e iguais, quisermos que elas sejam.

Vivemos uma época de aceleração histórica. Um tempo de grandes oportunidades, mas também de desafios à escala global.

Desafios globais implicam uma **responsabilidade colectiva**. As Nações Unidas são o fórum em que essa responsabilidade colectiva melhor se corporiza. Também por isso, subscrevo a intervenção do Presidente da República Francesa, enquanto Presidente do Conselho da **União Europeia**.

Num mundo globalizado e interdependente, só instituições multilaterais fortes poderão promover os valores fundamentais da paz, da democracia, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento sustentável. Portugal está empenhado em apoiar um **multilateralismo efectivo**, tendo por base umas Nações Unidas coesas e eficientes.

Para que as nossas palavras não se reduzam a vã retórica, temos de ser coerentes e pôr em prática os valores e os princípios que defendemos. A nossa actuação deve assentar em pressupostos muito claros.

Primeiro, devemos pugnar para que as Nações Unidas disponham dos meios necessários para cumprirem a sua missão; e contribuirmos para a clareza dos mandatos que lhe são confiados.

Segundo, devemos assegurar uma maior representatividade nos órgãos das Nações Unidas e tornar a sua actuação mais transparente.

Será razoável continuarmos a ter um Conselho de Segurança sem uma reforma dos seus métodos de trabalho, em que países como o Brasil e a Índia não têm um lugar permanente, e em que África não tem representação com esse estatuto? Seguramente que não, desde logo nestes casos, sem prejuízo da nossa abertura perante soluções eventualmente mais abrangentes.

Terceiro, devemos garantir o cumprimento das declarações sobre Direitos Humanos que subscrevemos. Esta é uma Organização que deve ter bem presente que os destinatários últimos das suas acções não são os Estados, mas os cidadãos e os povos que os integram

Senhor Presidente,

Portugal tem-se empenhado neste esforço conjunto. Desde logo, através da participação em **Operações de Paz**. Permitam-me que recorde os largos milhares de portugueses que participaram em mais de 20 Missões lideradas pelas Nações Unidas e os que integram actualmente missões em Timor-Leste, no Líbano, no Kosovo, no Afeganistão, no Chade e na República Centro-Africana.

No ano em que comemoramos o 60^º aniversário das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, gostaria de prestar homenagem a todos os capacetes azuis. Em

particular, à memória daqueles, incluindo portugueses, que deram a vida pelos ideais da Carta das Nações Unidas.

África deve continuar a merecer uma atenção prioritária. Foi essa convicção que nos levou, com os nossos parceiros africanos, à concretização das Cimeiras do Cairo e de Lisboa entre a União Europeia e África, pontos de partida no aprofundamento do diálogo entre os dois continentes.

A comunhão de princípios, os compromissos assumidos e a Estratégia Conjunta UE-África ilustram uma renovada parceria, assente na cooperação em matérias como a paz e a segurança, o desenvolvimento, a boa governação e os Direitos Humanos, o comércio e a integração regional.

A paz, o desenvolvimento sustentável, o acesso à educação e à saúde, a integração das economias africanas nos mercados internacionais são objectivos essenciais para a edificação de uma ordem internacional mais justa, pacífica e equilibrada. Há, por isso, que apoiar os esforços que os Estados africanos realizarem em nome destes objectivos.

Neste contexto, permitam-me que saúdo o povo angolano pelo civismo com que decorreu o recente processo eleitoral naquele país. As eleições legislativas tiveram um significado profundo para a consolidação da democracia em Angola, com importantes repercussões políticas regionais.

Saúdo igualmente o acordo político no Zimbabué que desejamos marque uma nova etapa de reconciliação nacional e desenvolvimento político e económico.

Quero também felicitar a Guiné-Bissau, que hoje comemora a sua independência. Como co-presidente do Grupo Internacional de Contacto para a Guiné-Bissau, Portugal

está empenhado em contribuir para a estabilização de um país, que muito pode beneficiar com o trabalho da Comissão para a Consolidação da Paz.

A Guiné-Bissau é um dos Estados-membros da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**, que lhe tem prestado um forte apoio político. Esta Comunidade tem assumido crescentes responsabilidades como parceiro operacional das organizações regionais em que se integram os seus Estados-membros, como a União Europeia e a União Africana, ou de organizações globais, como as Nações Unidas.

A recente Cimeira de Lisboa, na qual Portugal assumiu a Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, confirmou a determinação dos seus membros na promoção da paz, da democracia, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento. Permitiu ainda a definição de uma estratégia comum de afirmação internacional desse bem que partilhamos: a Língua Portuguesa – o 5º idioma mais falado no mundo, ligando Estados e povos nos cinco continentes.

Uma afirmação que deverá conduzir a que o Português se constitua, cada vez mais, como língua oficial ou de trabalho de organizações internacionais.

Portugal assumiu recentemente a presidência da **Comunidade das Democracias** e caber-nos-á, em breve, a presidência da **Cimeira Ibero-Americana** – verdadeira referência da cooperação política, assente na comunhão cultural e de valores. São mandatos que muito nos honram e que pretendemos exercer com determinação e confiança.

Portugal acredita que a vocação natural da **Aliança das Civilizações** para aproximar povos, culturas e religiões é instrumental para um mundo onde o diálogo prevaleça sobre o conflito e onde a tolerância, o respeito pela diversidade cultural e pela identidade própria e a compreensão mútua superem as tensões acumuladas. Damos,

por isso, o nosso firme apoio ao Plano de Acção do Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Passaram sete anos desde que Nova Iorque foi vítima de um dos mais infames actos que o mundo testemunhou na nossa era. Embora, desde então, muito se tenha feito, o **Terrorismo** continua a ser uma ameaça. A implementação da Estratégia Global é fundamental para o sucesso no combate contra este “inimigo comum”.

Neste desígnio é crucial o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais cuja promoção contribui para prevenir o terrorismo.

Outro “inimigo comum”, mais lento mas igualmente destrutivo, é o da **fome e da pobreza extrema**. Também neste domínio, muito se tem dito e algo se tem feito. Mas muito mais é necessário.

Reiteramos o nosso firme apoio aos Objectivos de **Desenvolvimento** do Milénio. Contribuindo no limite das suas possibilidades, Portugal destina a maior parte da ajuda ao desenvolvimento a África, onde os níveis de pobreza são mais marcantes.

É com apreço que registamos a criação da Equipa de Trabalho de Alto Nível sobre a **Crise Global de Segurança Alimentar**. A luta contra a fome e a pobreza exige uma parceria global reforçada, cabendo um papel central às Nações Unidas e às instituições de Bretton Woods.

Garantir um desenvolvimento sustentável exige que enfrentemos juntos os desafios colocados pelas **alterações climáticas**. Não actuar agora implicará um legado

irreversível para as gerações vindouras, como atesta o último Relatório de Progresso publicado pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPPC) – muito justamente galardoado com o Prémio Nobel da Paz.

Nesta acção conjunta urge apoiar os mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e os Países Menos Avançados. Os oceanos, mares, ilhas e zonas costeiras, cruciais para a vida humana e a prosperidade económica, merecem a nossa maior atenção.

Importa, pois, congregar esforços no sentido de concluir, em Copenhaga, em Dezembro do próximo ano, as negociações de um Acordo global e transparente sobre o futuro regime climático pós 2012.

Senhor Presidente,

O desenvolvimento económico não é um fim em si mesmo. É um meio na via do progresso da humanidade e da afirmação dos **Direitos Humanos**.

Portugal tem sido o impulsionador do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que esta Assembleia será chamada a adoptar. É nosso entender que o Protocolo constitui um marco na promoção da democracia, permitindo-nos celebrar condignamente o 60º aniversário da Declaração Universal sobre os Direitos Humanos.

Tenhamos sempre presente que a dignidade da pessoa humana não é negociável.

Permitam-me que refira a situação humanitária dos refugiados. Portugal reconhece o notável trabalho desenvolvido pelo Alto-Comissário das Nações Unidas para os

Refugiados. Impõe-se neste caso um continuado esforço colectivo, esforço a que o meu país procurou responder triplicando a sua quota de acolhimento de refugiados.

Senhor Presidente,

Nós somos as Nações Unidas. Está nas nossas mãos o seu destino. O sucesso desta Organização está estreitamente ligado à sua capacidade de regeneração, ao reforço da sua democraticidade, representatividade e eficácia.

Quero, por isso, saudar o consenso verificado nesta Assembleia Geral sobre o processo de reforma do Conselho de Segurança, permitindo que as negociações intergovernamentais se iniciem em breve. É um resultado a que Portugal tem a honra de ter estado ligado de forma directa.

Em devido tempo, no ano 2000, Portugal apresentou a sua candidatura a **membro não-permanente do Conselho de Segurança para o biénio 2011-12.**

A nossa candidatura deverá ser lida à luz dos princípios e valores das Nações Unidas, que há muito defendemos e que a Constituição Portuguesa consagra.

Candidatamo-nos “ao serviço da paz e da estabilidade, do desenvolvimento sustentável e dos Direitos Humanos” e porque acreditamos no papel central desta Organização na prossecução destes objectivos.

Candidatamo-nos em nome da representação equitativa dos Estados, designadamente dos que constituem a maioria dos que integram esta Casa, porque acreditamos que é essa a melhor forma de garantir o sentido de justiça que é essencial para que as decisões sejam aceites por todos.